



*Prefeitura Municipal de Taubaté*  
*Estado de São Paulo*

# **MATERIAL DE APOIO CAISAN TAUBATÉ**

**Taubaté, 10 de julho de 2025**

## 1. CONCEITOS

- **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)**

“Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.” (LOSAN, 2006)

- **ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL**

“A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis.”

- **DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL – DHAA**

- É O Direito de cada pessoa ter acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada e saudável ou aos meios para obter essa alimentação, sem comprometer os recursos para assegurar outros direitos fundamentais, como saúde e educação
- O DHAA é um direito de todos os cidadãos, e obrigação do Estado – tanto em âmbito federal quanto estadual e municipal.
- O Estado tem a obrigação de respeitar, proteger e realizar este direito.
- Os gestores públicos, em todas as esferas de governo, devem fazer todo empenho pela adoção de políticas públicas para a realização deste direito, sob pena de constituírem-se em violadores do direito à alimentação.

“Art. 2º - A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.” (LOSAN, 2006)

- **SOBERANIA ALIMENTAR**

“A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (LOSAN, 2006)

A Soberania Alimentar indica que cada nação tem o direito de desenvolver, com autonomia,

no seu território, a produção dos alimentos básicos para seu povo, respeitando a diversidade cultural e produtiva.

## **2. LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – LOSAN**

**Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**

A LOSAN institui o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formula e implementa políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável

## **3. SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISAN**

Sistema de gestão intersetorial de políticas públicas, participativo e de articulação entre os três níveis de governo para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

### **OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

1. Universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação
2. Preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas
3. Participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo
4. Transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão

### **OS COMPONENTES DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

1. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
2. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN
3. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
4. Instituições privadas e órgãos e entidades de SAN

## **OS COMPONENTES DO SISTEMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

1. Conferência MUNICIPAL de Segurança Alimentar e Nutricional
2. Câmara INTERSECRETARIAL de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN
3. Conselho MUNICIPAL de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA
4. Instituições privadas e órgãos e entidades de SAN

### **4. OS COMPONENTES DO SISAN**

#### **5.1 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- Realizadas de quatro em quatro anos
- Responsável por apontar as diretrizes para a PMSAN e para o PLAMSAN

#### **5.2 CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- É um órgão colegiado de caráter permanente, integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN no âmbito do Município de Taubaté, com a finalidade de promover a articulação e integração intersetorial dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- Compete à CAISAN:
  - I – elaborar e revisar, a partir das diretrizes e prioridades emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CMSAN e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA:
    - a) a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN, indicando as suas diretrizes e os instrumentos para sua execução;
    - b) o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN, com periodicidade quadrienal, indicando metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução;
  - II – coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante:
    - a) interlocução permanente entre o COMSEA e os órgãos de execução;
    - b) acompanhamento das propostas de interesse de segurança alimentar e nutricional do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.
  - III – monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional no plano plurianual e nos orçamentos anuais;
  - IV – monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
  - V – subsidiar tecnicamente o Prefeito e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – COMSEA em matérias relacionadas ao tema;
  - VI – apresentar relatórios e informações ao COMSEA de Taubaté e ao Conselho

Estadual de Segurança Alimentar e Sustentável – CONSEA–SP necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII – acompanhar e dar encaminhamento, no âmbito da Administração Pública Municipal, às deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VIII – solicitar, no âmbito de sua atuação, informações a quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal;

IX – elaborar e aprovar o seu regimento interno.

### **5.3 CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- Instância responsável pela articulação entre o governo e a sociedade civil nas questões relacionadas a Segurança Alimentar e Nutricional;
- Objetivo: monitorar e acompanhar a implementação das políticas de SAN, mobilizando a sociedade no processo de participação social nestas ações.

#### **EM RESUMO...**

QUEM DIZ O QUE FAZER → CONFERÊNCIA

O QUE FAZER → POLITICA

QUEM PROPÕE → CONSEA / COMSEA

QUEM FAZ → CAISAN

COMO FAZER → PLANO DE SAN EM CONJUNTO COM O PPA

## 5. DIAGNÓSTICO

### INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (IA)

#### A) Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA)

Utilizada como medida direta da percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar.

*Classifica a IA em 4 níveis:*

- **Segurança Alimentar**
- **IA Leve:** Preocupação com o acesso aos alimentos no futuro ou quando a qualidade da alimentação é comprometida
- **IA Moderada:** Restrição na quantidade de alimentos consumidos, ou seja, as pessoas estão comendo menos do que deveriam
- **IA Grave:** Privação no consumo de alimentos e fome

#### B) Triagem para o Risco de Insegurança Alimentar (TRIA)

Instrumento usado para identificar famílias em risco de insegurança alimentar

### ESTUDO SOBRE IA EM TAUBATÉ

Em 2024, iniciou-se um estudo da Prefeitura de Taubaté em parceria com a Universidade de Taubaté – UNITAU (em andamento).

**OBJETIVO:** Conhecer, analisar e divulgar a prevalência de segurança alimentar e nutricional da população taubateana.

#### PESSOAS ENVOLVIDAS

Alessandra Lopez Rezende - Gestora de Segurança Alimentar e Nutricional – SEDIS

Amanda Caroline Leite Corrêa - Nutricionista da Coordenação da Atenção Primária à Saúde– SES

Prof. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Prof. Dra. Fabiola Figueiredo Nejar

Prof. Ms. Michele Gilaberte Ribeiro

Prof. Dr. Luiz Fernando Costa Nascimento

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

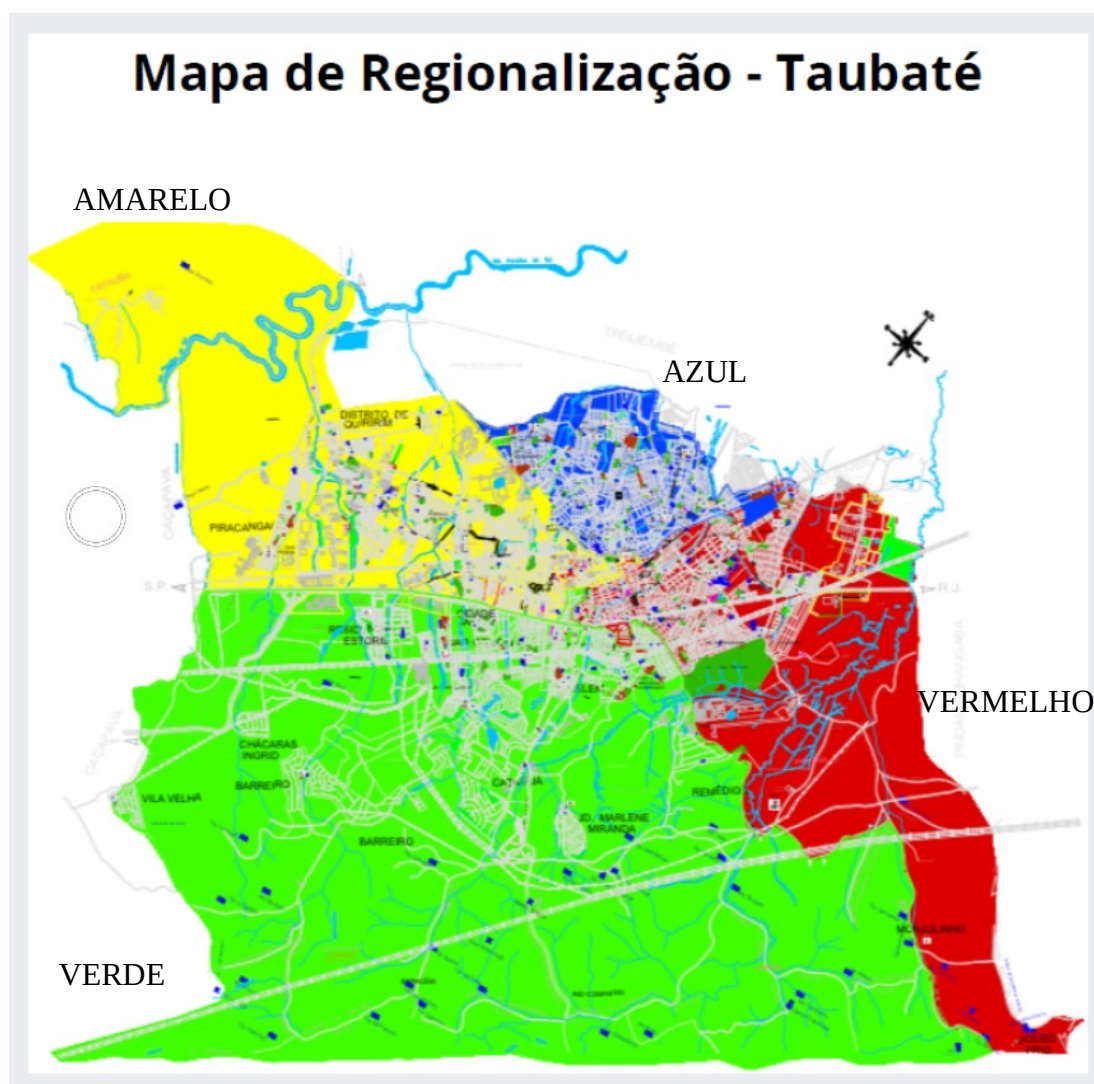
- Analisar a prevalência de segurança alimentar e graus de insegurança alimentar por região do município de Taubaté;

- Analisar os determinantes sociais e econômicos relacionados da segurança alimentar e nutricional da população do estudo;

- Apresentar os resultados encontrados sobre segurança alimentar em mapas utilizando aplicativo de geoprocessamento;
- Fornecer subsídios cientificamente embasados aos gestores das políticas públicas setoriais para a implantação de serviços e estabelecimento de parcerias para soluções dos problemas encontrados.

## COLETA DE DADOS

- *Início:* 11 de março de 2025
- *Locais :* UBS + Fazendinha (VERMELHO)  
UBS + Chácaras Reunidas Brasil (VERDE)  
UBS + Independência (AMARELO)  
UBS + Mourisco (AZUL)
- *Questionários aplicados:*  
Ficha e acompanhamento nutricional do SISVAN  
Marcadores de consumo alimentar  
Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) + TRIA



**CADASTRO INDIVIDUAL**

SAÚDE

QUESTIONÁRIO AUTORREFERIDO DE CONDIÇÕES/SITUAÇÕES DE SAÚDE

CONDIÇÕES/SITUAÇÕES DE SAÚDE GERAIS

ESTA GESTANTE? ☐ Sim ☐ Não

SE SIM, QUAL É A MATERNIDADE DE REFERÊNCIA?

SOBRE SEU PESO, VOCÊ SE CONSIDERA?

☐ Abaixo do Peso ☐ Peso Adequado ☐ Acima do Peso

TEM DOENÇA RESPIRATÓRIA NO PULMÃO?

☐ Sim ☐ Não

SE SIM, INDIQUE QUAL(ES):

☐ Asma ☐ DPOC/Emfisema ☐ Outra ☐ Não sabe

ESTA FUMANTE?

☐ Sim ☐ Não

FAZ USO DE ALCOOL?

☐ Sim ☐ Não

FAZ USO DE OUTRAS DROGAS?

☐ Sim ☐ Não

TEM HIPERTENSÃO ARTERIAL?

☐ Sim ☐ Não

TEM DIABETES?

☐ Sim ☐ Não

ESTA COM HANSENÍASE?

☐ Sim ☐ Não

ESTA COM TUBERCULOSE?

☐ Sim ☐ Não

TEM OU TEVE CÂNCER?

☐ Sim ☐ Não

TEVE ALGUMA INTERNAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES?

☐ Sim ☐ Não

SE SIM, POR QUAL CAUSA?

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS - TRIAGEM PARA RISCO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (TRIA)

NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, OS ALIMENTOS ACABARAM ANTES QUE VOCÊ TIVESSE DINHEIRO PARA COMPRAR MAIS COMIDA?

☒ Sim ☐ Não

NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, VOCÊ COMEU APENAS ALGUNS ALIMENTOS QUE AINDA TINHA, PORQUE O DINHEIRO ACABOU?

☒ Sim ☐ Não

**RISCO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR**

**CADASTRO INDIVIDUAL**

SAÚDE

QUESTIONÁRIO AUTORREFERIDO DE CONDIÇÕES/SITUAÇÕES DE SAÚDE

CONDIÇÕES/SITUAÇÕES DE SAÚDE GERAIS

ESTA GESTANTE? ☐ Sim ☐ Não

SE SIM, QUAL É A MATERNIDADE DE REFERÊNCIA?

SOBRE SEU PESO, VOCÊ SE CONSIDERA?

☐ Abaixo do Peso ☐ Peso Adequado ☐ Acima do Peso

TEM DOENÇA RESPIRATÓRIA NO PULMÃO?

☐ Sim ☐ Não

SE SIM, INDIQUE QUAL(ES):

☐ Asma ☐ DPOC/Emfisema ☐ Outra ☐ Não sabe

ESTA FUMANTE?

☐ Sim ☐ Não

FAZ USO DE ALCOOL?

☐ Sim ☐ Não

FAZ USO DE OUTRAS DROGAS?

☐ Sim ☐ Não

TEM HIPERTENSÃO ARTERIAL?

☐ Sim ☐ Não

TEM DIABETES?

☐ Sim ☐ Não

ESTA COM HANSENÍASE?

☐ Sim ☐ Não

ESTA COM TUBERCULOSE?

☐ Sim ☐ Não

TEM OU TEVE CÂNCER?

☐ Sim ☐ Não

TEVE ALGUMA INTERNAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES?

☐ Sim ☐ Não

SE SIM, POR QUAL CAUSA?

INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS - TRIAGEM PARA RISCO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (TRIA)

NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, OS ALIMENTOS ACABARAM ANTES QUE VOCÊ TIVESSE DINHEIRO PARA COMPRAR MAIS COMIDA?

☐ Sim ☒ Não

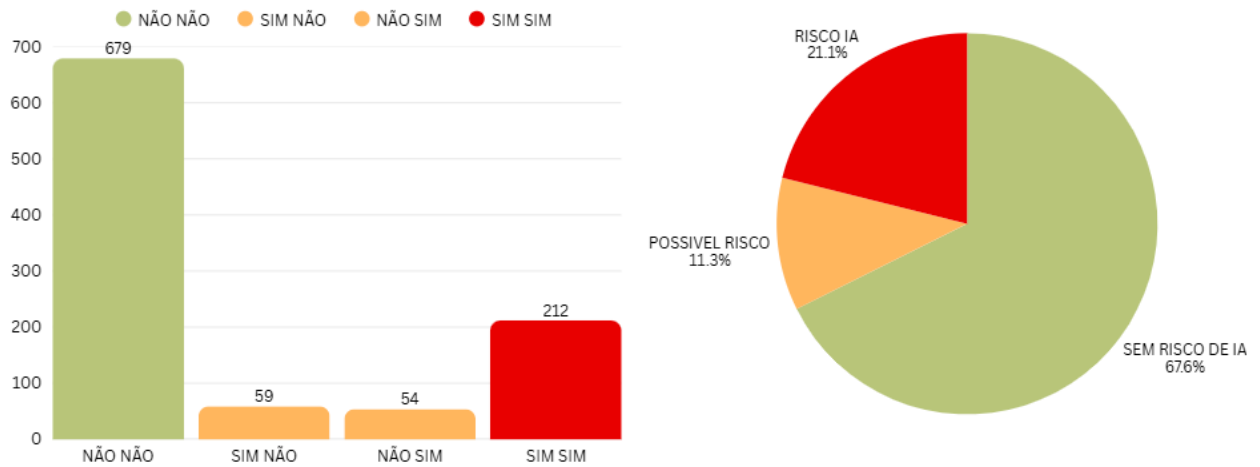
NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, VOCÊ COMEU APENAS ALGUNS ALIMENTOS QUE AINDA TINHA, PORQUE O DINHEIRO ACABOU?

☐ Sim ☒ Não

**POSSÍVEL RISCO**



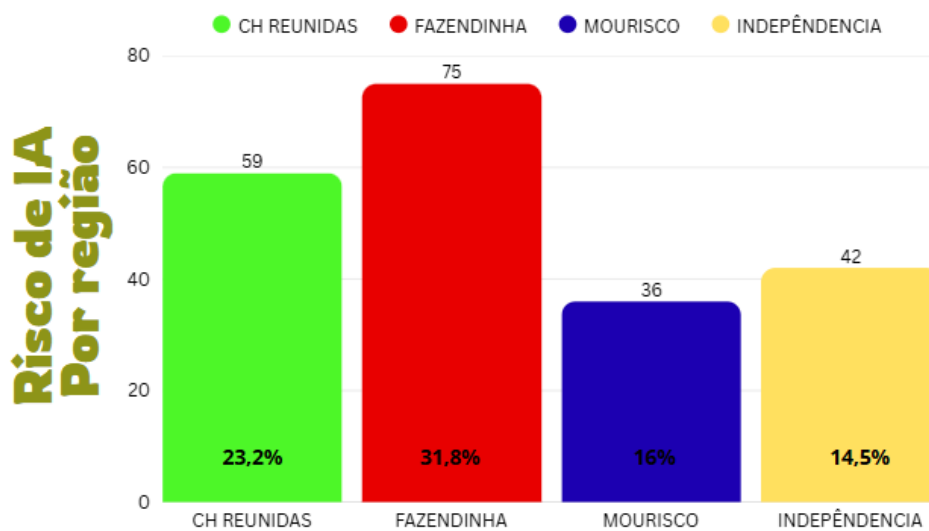
## RESULTADOS PRELIMINARES



Nº total de pessoas entrevistadas até o momento: 1004



**A CADA 10 PESSOAS ENTREVISTADAS,  
02 APRESENTARAM RISCO DE  
INSEGURANÇA ALIMENTAR E 01 UM  
POSSÍVEL RISCO**



Nº total de pessoas entrevistadas até o momento por região:

Chácara Reunidas: 254

Fazendinha: 236

Mourisco: 225

Independência: 289

## A POLITICA DE SAN NO MUNICÍPIO

- 2023 : Conferência de SAN
- 2024: Criação da área de SAN
- 2024: PMSAN  
*Lei municipal nº 6007 de 27 de novembro de 2024*
- JAN/ 2025: Adesão ao Sisan

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/01/2025 | Edição: 12 | Seção: 1 | Página: 171

Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome

#### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2025

Formaliza a adesão dos Municípios de Anhumas (SP), Ipuã (SP), Piedade (SP), Piracicaba (SP), Santa Rosa de Viterbo (SP) e Taubaté (SP) ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

- MAR/ 2025: Decretos de regulamentação da CAISAN e do COMSEA  
*Decreto nº 16.043 de 27 de março de 2025 (Comsea)*  
*Decreto nº 16.048 de 31 de março de 2025 (Caisan)*
- JUN/ 2025: Encontro de SAN e posse da CAISAN
- EM ANDAMENTO: Edital de chamamento publico para sociedade civil compor o COMSEA.

## AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS DE SAN NO MUNICÍPIO







**Oficina de Aproveitamento integral de alimentos (CRAS SÃO GONÇALO)**

**Evento: PLANTE FELICIDADE - Vivência da horta caseira pela Agricultura Natural (CRAS SABARÁ)**



**Entrega de Cestas Básicas**



**Banco de Alimentos**



**Troca Verde**



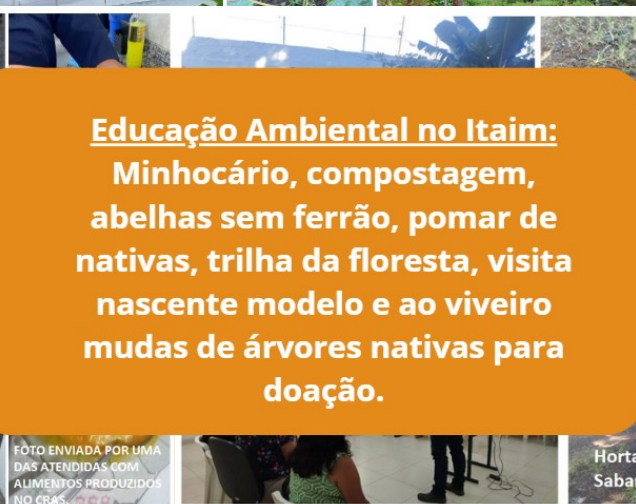
**Compostagem**



**Hortas educativas**



**Meio Ambiente e Bem-estar Animal**



**Horta Educativa Crás Sabará - 2023**







Serviços Públicos

**Feiras Livres**

**FEIRAS DE BAIRROS**

1. VILA APARECIDA
2. ESP. SANTA TEREZINHA
3. PARQUE TRÊS MARIAS
4. VILA SÃO JOSÉ
5. VILA SÃO GERALDO
6. CECAP
7. ESTIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Desenvolvimento, Inovação e Turismo

- Criação do Selo de Inspeção Municipal - SIM ( Lei complementar 493/2023);
- Coleta de dados da agricultura familiar e de pequenos agricultores;
- Apoio a Cadeia Produtiva Local da Agroindústria Orgânica, do Ovo Orgânico, do leite e do Mel;
- Atendimento aos produtores rurais (serviços de tratorista; entrega gratuita de calcário para a preparação do solo, aração, plantadeiras, pulverizador dentre outros serviços prestados)

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

## **6. O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PLAMSAN**

### **Principais Eixos**

1. Alimento Seguro
2. Acesso à alimentação adequada
3. Educação alimentar e nutricional
4. Produção de Alimentos

### **Processo de Elaboração**

Em primeiro lugar, é muito importante ressaltar que o Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010, é a norma legal balizadora da construção dos planos de segurança alimentar e nutricional, sejam eles municipais, estaduais ou nacional.

Os órgãos e entidades do Distrito Federal, estados e municípios, integrantes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), devem elaborar, implementar, monitorar e avaliar seus respectivos planos de SAN, com base no disposto pelo Decreto no 7.272/2010 e nas diretrizes emanadas das respectivas conferências e conselhos de segurança alimentar e nutricional.

Os planos de SAN devem ser construídos pelas Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs), com base nas prioridades estabelecidas pelos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), a partir das deliberações das Conferências de SAN.

### **ETAPAS:**

1. Formação de grupo de trabalho (GT) no âmbito da CAISAN – é muito importante que este grupo tenha representação de vários setores da CAISAN, bem como do COMSEA;
2. Contratação de Consultoria (opcional) – a consultoria só é necessária caso o grupo criado não tenha condições de realizar a elaboração do plano sem esse apoio;
3. Elaboração do capítulo de diagnóstico da situação da segurança alimentar e nutricional no estado/município;
4. Elaboração do capítulo de desafios a serem enfrentados no processo de implementação do plano;
5. Levantamento dos programas de SAN no âmbito de cada uma das Diretrizes da Política Nacional de SAN;
6. Separação dos programas em objetivos correlatos;
7. Definição de metas prioritárias para cada um dos objetivos e seus responsáveis;
8. Levantamento das ações orçamentárias que “financiam” as metas;
9. Definição de indicadores de SAN a serem monitorados, bem como de mecanismos de monitoramento e avaliação do plano;
10. Consulta pública;
11. Manifestação do COMSEA sobre o conteúdo final do plano;
12. Aprovação pela CAISAN; e
13. Publicação no Diário Oficial (a forma de publicação, se via Resolução, Portaria, Decreto, etc, dependerá do Regimento Interno de cada CAISAN).

## 7. PRÓXIMOS PASSOS



**Sugestão de leitura:** Guia para a elaboração de planos de segurança alimentar e nutricional (SECAISAN)

### DATAS IMPORTANTES

- **REUNIÕES DA CAISAN:** Toda 2ª quinta-feira do mês (Dias: 10/07, 14/08, 11/09, 09/10, 13/11 e 11/12)
- **PUBLICAR O PLAMSAN:** DEZ/ 2025
- **ENTREGA R DOCUMENTOS PARA PERMANÊNCIA NO SISAN:** 14/JAN/2026